

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

5

ABRIL . MAIO. JUNHO DE 1977

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

Via Normal:

Continente, Ilhas e Espanha . 100\$00

Outros países 150\$00

Via Aérea:

Estrangeiro 200\$00

Número avulso 25\$00

5

Abril - Maio - Junho 1977

A Ressurreição e o Baptismo nas «colectas do Tempo Pascal» — *L. Ribeiro*

Espiritualidade pascal — *J. Ferreira*

A data da celebração da Páscoa — *P. Romano*

SITUAÇÕES PASTORAIS

O acto penitencial — *L. Ribeiro*

O Salmo Responsorial e a sequência do Pentecostes — *Músicas de J. dos Santos, M. Maria e M. Simões*

NOTICIÁRIO

III Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Concílio Pastoral da Galiza

Congresso italiano de Música Sacra

Composto e Impresso na «Gráfica de Coimbra»

A RESSURREIÇÃO E O BAPTISMO NAS «COLECTAS DO TEMPO PASCAL»

A oração «colecta» (1)

A eucologia do Missal Romano recebeu alguns retoques, de modo a permitir ao cristão do nosso tempo a entrada num tipo tradicional de oração litúrgica.

Não falando já nas deficientes traduções até agora feitas, alguns encontrarão estas orações pouco actuais, orientando uniformemente o olhar para Deus e para os «Novíssimos», demasiado insensíveis ao devir histórico, desinteressadas das lutas pela paz e pela justiça.

Mas antes de se perguntar se tal ou tal oração da liturgia permite a oração de tal assembleia, convirá perguntar-se o que se tem direito a esperar de cada oração no interior da liturgia.

É necessário antes de mais não isolar as orações em relação aos outros gestos de oração da liturgia eucarística: escuta da palavra de Deus, súplicas e acção de graças. Uma oração não é principalmente um texto e muito menos um discurso. Ela é um momento de oração específico num movimento mais geral.

É necessário em seguida não querer pôr todas as orações de uma mesma celebração litúrgica sobre o mesmo plano, dando-lhes por assim dizer a mesma função.

A *Apresentação Geral* do Missal Romano expõe claramente qual a natureza da oração «colecta» ao dizer que ela «exprime o carácter da celebração» (n.º 32). Das três orações presidenciais (colecta, oração sobre as oblatas, pós-comunhão), é principalmente a colecta que exprime o tom da celebração. A colecta conclui os ritos de entrada e está em relação com os vários elementos que a precederam (incluindo o silêncio!).

(1) Neste primeiro ponto seguimos muito de perto o artigo de D. RIMAUD *A propos des prières liturgiques actuelles et à venir*, in: LMD 112 (1972) 158-168.

Como oração de abertura, ela introduz a tal aspecto do mistério de Cristo que vai ser celebrado na liturgia do dia.

A colecta, porém, faz parte de todo um conjunto, que é a totalidade da acção litúrgica, em que a Escritura e a sua explicação e aplicação às situações concretas jogam um papel muito importante. Não é possível que uma oração (que não é uma homilia), impressa num missal, precise, para o conjunto de cristãos reunidos em assembleia, os meios a pôr em acção para procurar mais paz e justiça para todos os homens.

Tradicionalmente, a maior parte das orações de abertura contém, estreitamente ligadas entre si, uma parte confessante e uma parte de súplica. Quando se examina, para o julgar, o texto de uma oração, somos tentados a atender sobretudo ao pedido. Mas será esta a parte mais importante da oração cristã? Mesmo a oração litúrgica de súplica tem sobretudo em vista pôr-nos em total dependência da fonte infalível do amor e da misericórdia: «Concedei-nos, ó Deus omnipotente» (1.º domingo da quaresma); «Ó Deus, que nos mandastes ouvir o vosso muito amado Filho» (2.º domingo da quaresma); «Ó Deus, autor de todas as graças e de toda a bondade: Vós nos fizestes encontrar no jejum, na oração e na esmola os remédios do pecado» (3.º domingo da quaresma); «Ó Deus: pelo vosso Verbo realizais admiravelmente a reconciliação do género humano» (4.º domingo da quaresma).

A oração de abertura é menos o lugar em que se exprime a necessidade do homem do que o lugar onde se exprime a fé naquele que não decepciona a esperança do homem. A afirmação desta fé é um dos primeiros frutos da oração. De facto ela tem em atenção os homens e as suas necessidades. Mas não será de Deus que os homens têm uma necessidade mais urgente?

Finalmente, a colecta prepara para a escuta da palavra de Deus, não tanto porque oriente para tal ou tal particularidade dos textos que vão ser lidos em seguida, mas porque põe a assembleia numa comum atitude de oração e de fé que prepara para a escuta: ela diz o que Deus é, faz e quer. Ela suscita no nosso coração um desejo que não é ainda perfeitamente o nosso e que a Palavra vai aprofundar e fortificar (*).

Certamente fica ainda a grande questão que é a de saber se os homens deste tempo podem dar o seu *Amen*, isto é, reconhecer a sua própria oração no que o celebrante diz em seu nome. Mas o que diz

(*) Entretanto a colecta do 2.º domingo da quaresma faz alusão ao Evangelho. Mas isso seria impossível para todos os domingos, uma vez que a oração teria de introduzir a três ciclos diferentes compreendendo cada um três leituras.

o celebrante deve ser considerado no conjunto do gesto de oração. Depois, a primeira oração da missa não põe sempre em acção todos os seus efeitos no coração de cada um dos participantes. Pode descrever-se um ideal, pode procurar-se a palavra justa, mas o que se passa no coração do homem escapa às previsões e às medidas.

Destinadas a concluir a oração pessoal e silenciosa da assembleia, as orações de colecta devem conservar uma certa generalidade. As alusões que fazem à festa ou ao tempo litúrgico nem sempre são determinantes para definirem o sentido da festa ou do tempo. Deveria então recorrer-se ao conjunto dos formulários e principalmente às leituras e antífonas.

Não obstante, as colectas do tempo pascal formam um todo coerente em que se entrelaçam dois grandes temas: a ressurreição e o baptismo. O tema da ressurreição inspira toda a liturgia do tempo pascal. O tema do baptismo, embora com referências diversas, é a base para a maior parte das colectas.

Páscoa de Cristo e Páscoa da Igreja

Toda a mensagem e toda a vida cristã se podem condensar neste grito triunfante da Igreja ao celebrar a Páscoa: «Cristo ressuscitou verdadeiramente!» Por isso, a Igreja reconhecida se volta para o Senhor e diz:

«Senhor Deus: neste dia Vós nos abristes as portas do céu, pela vitória de vosso Filho Unigénito sobre a morte; concedei, Vos pedimos, que, celebrando a solenidade da ressurreição do Senhor, ressuscitemos para uma vida nova pela graça renovadora do vosso Espírito»⁽³⁾.

É nesta luz da Páscoa que se revela ao mundo Jesus de Nazaré. É de Cristo ressuscitado que os cristãos são testemunhas na fé, vivendo a sua presença de uma forma nova: no culto e nos sacramentos, na partilha e no serviço. Sempre e em toda a parte o mistério de Cristo é o facto cristão por excelência donde brota toda a vida e riqueza da Igreja⁽⁴⁾.

A celebração anual da Páscoa do Senhor é sempre a ocasião para a Igreja ressuscitar para uma vida nova pela força renovadora do Espí-

⁽³⁾ Colecta do domingo da Ressurreição.

⁽⁴⁾ Cf. a colecta da Vigília pascal e a colecta da segunda-feira da 7.^a semana.

⁽⁵⁾ Cf. a colecta do domingo da Ressurreição e da quarta-feira da 1.^a semana.

rito⁽³⁾ e de se alegrar pelo nascimento de novos filhos⁽⁶⁾. Na Páscoa ela recebe o Senhor da própria ressurreição⁽⁷⁾.

A Páscoa é a coroação de todas as intervenções de Deus Salvador e o início de uma nova criação. No coração do mistério de Cristo e da sua obra histórica de salvação situa-se o mistério pascal: mistério único do seu amor que se descobre na paixão e glorificação de Jesus, na humilhação e exaltação do Filho de Deus⁽⁸⁾, na «passagem» da morte à vida, deste mundo para o Pai⁽⁹⁾.

O mistério de Cristo é um mistério total de que não nos podemos dar conta senão pela revelação do Espírito Santo. O dom que Jesus faz da sua vida é o dom do seu Espírito. E a comunicação do Espírito aos crentes brota da glorificação de Jesus, é o seu sinal, o seu penhor e o seu fruto⁽¹⁰⁾.

O Pentecostes histórico aparece portanto como a meta, o fim último da economia divina sobre a terra. Cristo volta para o Pai a fim de que o Espírito desça sobre a Igreja. É por isso que ela celebra na alegria e no júbilo os cinquenta dias pascais como um único dia festivo⁽¹¹⁾, como o «grande domingo» ou a «grande semana de semanas».

Participação sacramental no mistério de Cristo

A incorporação no mistério da Páscoa de Cristo morto e ressuscitado, realiza-se na Igreja principalmente através dos sacramentos do Baptismo e da Eucaristia.

O Baptismo significa e realiza a «passagem», a Páscoa, da morte à ressurreição, expressa no simbolismo da imersão (morte) e da emersão (ressurreição). Este duplo aspecto (cf. Rom 6, 3-5) é essencial. Incorporando-nos na Páscoa de Cristo, o baptismo liberta-nos do homem velho, da morte, e da sujeição global do pecado e da corrupção.

(⁶) Cf. a colecta de segunda, quarta e sábado da 1.^a semana, do segundo domingo e da terça e quinta-feira da 5.^a semana.

(⁷) Cf. a colecta de terça e quarta-feira da 2.^a semana e da quarta-feira da 6.^a semana.

(⁸) Cf. a colecta de segunda-feira da 4.^a semana, de quinta-feira da 5.^a semana e de sexta-feira da 6.^a semana.

(⁹) Cf. a colecta do domingo da Ressurreição e de sexta-feira da 2.^a semana.

(¹⁰) Cf. a colecta de sábado da 6.^a semana e do domingo de Pentecostes.

(¹¹) Cf. a colecta de sábado da 7.^a semana e da Vigília do Pentecostes. Ver ainda a colecta do domingo da Ressurreição, da sexta-feira da 3.^a semana e do sábado da 5.^a semana.

A confissão da fé e a imersão baptismal fazem atravessar os limites da morte e do pecado e penetrar numa dimensão nova, a da graça do Espírito Santo. E toda a vida nova do cristão não é mais que o desenvolvimento deste dom inicial que é já plenitude, o acesso à vida do Espírito⁽¹²⁾.

Pela sua paixão, morte e ressurreição, Cristo tornou-Se Espírito e Senhor. Por nossa vez, na efusão do Espírito Santo tornamo-nos espirituais, ungidos pelo mesmo Espírito que ressuscitou Jesus e que transformará os nossos corpos mortais (Rom 8, 11).

É entretanto na plena participação na Eucaristia, sacramento da assembleia eclesial por excelência, que o Baptismo encontrará o seu ponto culminante e que a própria fé se alimentará de ora em diante. O memorial eucarístico incorpora-nos no próprio mistério da Páscoa do Senhor morto e ressuscitado, elevado à direita do Pai⁽¹³⁾, que nos alimenta e sustém pela permanência dos dons do Espírito⁽¹⁴⁾, na intimidade já inaugurada do festim do reino⁽¹⁵⁾.

Cristo continuará sendo o grande sacramento, o símbolo por excelência, para o qual tendem e do qual participam todos os outros símbolos: a água e a luz, o pão e o vinho, a verdade e a vida, o amor, a paz e a alegria⁽¹⁶⁾.

Novo nascimento e filiação

O Baptismo faz-nos novas criaturas. Todos os que renasceram da água e do Espírito têm acesso à vida do reino (Jo 3, 5), purificados que foram dos seus pecados⁽¹⁶⁾. As águas do Baptismo geram novos seres, fazem renascer em Cristo pelo dom do Espírito Santo. Trata-se de uma verdadeira restauração da natureza humana, elevando-a sobre a sua condição original e infundindo-lhe a esperança da ressurreição futura⁽¹⁷⁾.

O sacramento da água infunde no próprio ser do baptizado sementes de ressurreição que vão germinar, crescer e produzir frutos. «A água

(12) Cf. a colecta da Vigília pascal e do domingo da Ressurreição, da terça e sábado da 1.^a semana, do segundo domingo e da sexta-feira da 4.^a semana.

(13) Cf. a colecta da sexta-feira da 6.^a semana e da Ascensão do Senhor.

(14) Cf. a colecta da Vigília pascal, da segunda-feira da 7.^a semana e do domingo do Pentecostes.

(15) Cf. a colecta do quarto domingo e da quarta-feira da 4.^a semana.

(16) Cf. a colecta do quarto domingo, da segunda-feira da 3.^a semana e da quarta e sexta-feira da 4.^a semana.

(17) Cf. a colecta de quarta-feira da 2.^a semana, e de segunda e quinta-feira da 4.^a semana.

salutar, dizia Cirilo de Jerusalém, foi para vós sepulcro e seio materno»⁽¹⁸⁾. Por isso a Igreja exulta com renovada juventude de alma ⁽¹⁹⁾ e se alegra com o nascimento de novos filhos ⁽²⁰⁾.

A graça do baptismo é uma graça de filiação e nela convergem todos os dons do Espírito Santo. Nela recebemos a verdadeira liberdade, a liberdade de chamar a Deus nosso Pai ⁽²¹⁾. É uma palavra nova nos lábios do neófito e que ele aprenderá a pronunciar na comunidade eucarística: «Como é doce a primeira palavra, escreve Santo Ambrósio de Milão. Levanta então os olhos para o Pai que te gerou pelo banho para o Pai que te resgatou por seu Filho, e diz: Pai nosso» ⁽²²⁾!

Se pelo Baptismo fomos adoptados pelo Pai e recebemos um espírito filial, será por uma vida própria de filhos, rejeitando o que é indigno deste nome e cumprindo quanto nele se significa ⁽²³⁾, que alcançaremos a herança prometida.

Abrindo-nos novas perspectivas, o sacramento da Páscoa não nos retira do tempo e do espaço em que vivemos. Comunica-nos antes novas forças para trabalhar na construção do mundo novo em que os homens vivam libertos do pecado e de todas as opressões. Baptizados na morte e ressurreição de Cristo, começámos a caminhar em novidade de vida. O nosso êxodo, a nossa Páscoa exigem esforço e generosidade, mas a nossa esperança está no Senhor. Porque sem mérito algum da nossa parte passámos da morte à vida, da tristeza à alegria e do desânimo à esperança, tornando-nos capazes de imortalidade ⁽²⁴⁾.

Na verdade, só à luz da fé, reacendida cada ano na celebração das festas pascaís, podemos compreender a renovação que em nós se operou pela água com que fomos purificados, pelo Espírito em que fomos regenerados e pelo sangue com que fomos redimidos ⁽²⁵⁾.

L. Ribeiro

⁽¹⁸⁾ Cat. Myst. 11, 4.

⁽¹⁹⁾ Cf. a colecta do terceiro domingo.

⁽²⁰⁾ Cf. a colecta da Vigília pascal, da segunda, quinta e sábado da 1.^a semana, do segundo e terceiro domingos, da terça e sábado da 3.^a semana, do sábado da 4.^a semana, e da terça e sábado da 5.^a semana.

⁽²¹⁾ Cf. a colecta de terça-feira da 1.^a semana, de segunda e sábado da 2.^a semana, do quinto domingo, de terça e sábado da 5.^a semana.

⁽²²⁾ De sacr. V, 19.

⁽²³⁾ Cf. a colecta de segunda-feira da 2.^a semana e da segunda-feira da 3.^a semana.

⁽²⁴⁾ Cf. a colecta de quinta e sábado da 5.^a semana.

⁽²⁵⁾ Cf. a colecta do segundo domingo.

Espiritualidade Pascal

A palavra «espiritualidade», falando de determinado tempo litúrgico, pode sugerir, à primeira impressão, qualquer coisa de vago e indeterminado; no entanto, ela reveste sentido bem definido, se a entendermos como designativo daquela irradiação do mistério cristão celebrado na liturgia desse tempo, capaz de fomentar e alimentar a vida cristã em consonância com aquele mistério. Trata-se, antes de mais, de fomentar e alimentar as atitudes interiores de fé, de esperança e de amor, como manifestação da vida do Espírito de Cristo; mas logo, e consequentemente, de determinar os comportamentos cristãos, em todas as expressões da vida, pois é verdade que «os que são conduzidos pelo Espírito de Deus é que são filhos de Deus» (*Rom* 8, 14).

«Espiritualidade» relaciona-se com o Espírito Santo. A «vida espiritual» é, antes de mais, a vida do Espírito de Deus em nós manifestada, desse «Espírito que nos foi dado» (*Rom* 5, 5), pois «o próprio Espírito (de Deus) se une ao nosso Espírito para atestar que somos filhos de Deus» (*Rom* 8, 16).

Mas é principalmente na liturgia que o Espírito Santo actua; tudo aí é acção do Espírito Santo. É esta uma das afirmações mais constantes de própria liturgia, sobretudo entre os cristãos do Oriente. A liturgia ocidental, mais contida e menos mística nas suas expressões, insiste, de preferência, noutros aspectos, como e naturalmente, na mediação de Jesus Cristo. Todavia, nunca a liturgia romana deixou de sublinhar o que já a epístola aos Hebreus acentua, ao afirmar de Cristo que, «movido pelo Espírito eterno, Ele Se ofereceu a Deus como vítima sem mancha» (*Heb.* 9, 14). E, em nossos dias, esta consciência tende a afirmar-se cada vez mais, como o podem demonstrar dois momentos importantíssimos da reforma litúrgica em curso: uma, foi a introdução de uma epiclese (invocação do Espírito Santo) dentro das novas orações eucarísticas da Missa, de sorte a ficar bem claro que o mistério eucarístico é celebrado pela virtude e acção do Espírito Santo; outra, foi a substituição da anterior fórmula da Confirmação, sacramento do dom do Espírito, pela nova, aliás bem antiga entre os cristãos orientais, donde

ela proveio. Esta nova fórmula sublinha fortemente a acção do Espírito Santo, mais do que a anterior, que insistia de preferência na acção do ministro: «N., recebe, por este sinal, o dom do Espírito Santo»! (a fórmula anterior dizia: «Eu te assinalo com o sinal da cruz e te confirmo com o Crisma da salvação»).

Em qualquer caso, a liturgia é o lugar privilegiado, e sempre o mais seguro, para se poder captar a espiritualidade cristã, tanto no mistério que nela se celebra, como até nas expressões com que esse mistério é celebrado.

O «feliz Pentecostes»

A espiritualidade dos cristãos é sempre uma espiritualidade pascal. Não pode deixar de o ser, pois que tudo, no cristianismo, se condensa no mistério pascal. E, se assim é, também parece normal que seja o Tempo da Páscoa aquele que mais há-de pôr em evidência a presença e a acção do Espírito que acompanha toda a existência cristã.

O *Tríduo pascal* termina com as II Vésperas do Domingo da Ressurreição; mas não a festa da Páscoa. Uma grande *oitava de Domingos*, do 1.º Domingo, o da Ressurreição, ao 8.º, o do Pentecostes, prolonga, como que a não querer deixá-la desaparecer, o solenidade grande da Páscoa. «Os cinquenta dias que vão do Domingo da Ressurreição ao Domingo do Pentecostes celebram-se na alegria e na exultação como um só dia de festa, como um «grande Domingo». Esta última expressão é, nada menos, do que tirada de S. Atanásio de Alexandria (†373).

Foi a esta longa oitava pascal de 8 Domingos, ou seja, de 50 dias (7 Domingos com os dias feriais que se lhes seguem, mais a repetição do primeiro dia, o 8.º Domingo), que, em certa altura se aplicou o nome de *Pentecostes*, palavra de origem grega, que, à maneira latina é, como quem diz, a *Cincoentena* ⁽¹⁾.

Se a Páscoa foi «a passagem deste mundo para o Pai», o Tempo pascal é a celebração e como que a experiência da vida pascal inaugurada nas a «passagem» com o Senhor. Ora, a festa da Páscoa não foi celebrada apenas à maneira de *memória* ou *comemoração* de um acontecimento, como o é, um tanto mais, o Natal. A Páscoa é celebrada nos sacramentos (*in mysterio*). Nestes, o acontecimento histórico não é apenas recordado, evocado, imitado, mas celebrado, tornado presente em sinal e participado, de sorte que o iniciado faz também, com Cristo e em Cristo,

(1) Cf. *Boletim de Pastoral Litúrgica*, n. 1 (1976), pp. 6-7.

a «passagem» deste mundo para o Pai. Daí que a Vigília na Noite Santa, depois da leitura da Palavra de Deus, que proclama, de várias maneiras, o mistério pascal, celebra (seria normal que celebrasse!) os sacramentos da iniciação cristã: o Baptismo, a Confirmação e a Eucaristia. Por estes sacramentos, os homens são iniciados na vida pascal: «configurados com Cristo morto, sepultado e ressuscitado, recebem o Espírito de adopção filial e celebram, com todo o povo de Deus, o memorial da morte e ressurreição do Senhor»⁽²⁾.

Com todo o povo de Deus

Um dos temas fundamentais da espiritualidade pascal é a pertença ao povo de Deus. Morrer e ressuscitar com Cristo nos sacramentos da iniciação, ou na renovação da graça dos mesmos, é entrar, ou renovar, a consciência da entrada na Igreja de Deus. É-se membro da Igreja pelo facto de se ser baptizado, de se ter passado com Cristo deste mundo para o Pai nos sacramentos da iniciação cristã. Também a consciência desta situação eclesial faz parte da renovação das «promessas» baptismais e, por consequência, da espiritualidade pascal. A Igreja «nasceu do lado de Cristo adormecido na Cruz» para «se manifestar ao mundo no dia do Pentecostes»⁽³⁾. O Tempo pascal é tempo de aprofundar esta pertença à Igreja e as consequências que daí derivam, como povo que é enviado a testemunhar no meio dos homens a morte e a ressurreição do Senhor, impelido pelo sopro do Espírito que o mesmo Senhor lhe envia. Para os neófitos o Tempo pascal é o tempo de ensaiar os primeiros contactos profundos com o povo dos baptizados. É, pois, com os membros já adultos desse mesmo povo que hão-de aprender a tornar-se, também eles, adultos na Igreja.

A espiritualidade do cristão brota assim, antes de mais, da sua vida pascal. Espiritualidade pascal será aquela forma de sentir, de viver e de celebrar a situação cristã, que dimana primordialmente, dos sacramentos da iniciação, pelos quais o cristão se tornou participante do mistério pascal e, por isso mesmo, membro do povo de Deus. O cristão foi baptizado, confirmado, participou na Eucaristia, e assim *passou*, com Cristo, deste mundo para o Pai: com Cristo morreu e foi sepultado, com Ele ressuscitou (cf. *Rom* 6, 3), como Ele e por Ele

⁽²⁾ Ritual de Iniciação Cristã, na *Celebração do Baptismo* das crianças, *Preliminares Gerais*, 1.

⁽³⁾ Concílio Vaticano II, Constituição sobre a sagrada Liturgia, n. 6.

recebeu a unção do Espírito Santo, (cf. *I Jo* 2, 20 e 27), e, na mesa da Ceia do Senhor, come o seu corpo e bebe o seu sangue, à mesa comum com os seus irmãos. Nestes, como nos demais sacramentos, é o Espírito de Deus quem dá significação à acção litúrgica e a torna eficaz, de sorte que os sacramentos são realmente acções de Jesus Cristo. Os sacramentos são acções espirituais por excelência! São sinais da vida do Espírito Santo e, por isso mesmo, eles são fonte de vida espiritual, de vida segundo o Espírito, para o cristão. E esta vida é uma vida pascal.

Os Padres da Igreja, isto é, os bispos das comunidades cristãs antigas, como S. Ambrósio em Milão (†397), S. João Crisóstomo em Antioquia (†404), S. Agostinho em Hipona (†430) ou os bispos de Jerusalém do século IV, passavam a semana a seguir à Vigília pascal a explicar aos que tinham sido baptizados nessa Vigília os mistérios, isto é, os sacramentos da iniciação cristã. Eram as célebres *catequese mistagógicas* ou catequese sobre os mistérios, os sacramentos celebrados aquando da iniciação na Noite Santa. Aí lhes explicavam o que eles agora eram, e, conseqüentemente, como deviam viver a partir dos sacramentos que os tinham feito cristãos; porque a vida vive-se conforme ao que se é.

Na Vigília pascal, todos os cristãos são hoje convidados a renovar o que passou a ser costume chamar-se «as promessas do Baptismo». Na realidade, não é de «promessas» que se trata, mas de renovar a graça da iniciação cristã (o nome de Baptismo designa, muitas vezes, todo o conjunto dos sacramentos do Baptismo e da Confirmação), actualizando a consciência de que se pertence ao povo dos baptizados e confirmados. Mas não se trata apenas de fazer referência a um acto passado; não se foi apenas baptizado e confirmado; é-se baptizado e é-se confirmado, *vive-se hoje* como filho de Deus da vida do seu Espírito na Igreja. Por isso, todos somos, hoje também e sempre, como na Vigília pascal, os *felizes convidados* para a *Ceia das núpcias de Cordeiro* (*Ap.* 19,9).

Realmente, a Páscoa celebra-se nos sacramentos. É mais do que uma comemoração ou memória; ela é um mistério, uma realidade de significação divina que vem ao meio de nós nos sinais dos sacramentos.

Donde se conclui que a celebração da Páscoa não é uma festa para se ver, mas um mistério para se celebrar. Não basta ir à igreja assistir às cerimónias, nem segui-las pela televisão ou pela rádio. Sem dúvida que isso é bom, quando não se pôde estar lá mesmo na celebração. Mas, em qualquer caso, é preciso renovar a graça pascal, que é como quem diz, a graça do Baptismo e da Confirmação; e não apenas naquela noite, mas em todo o Tempo pascal, sobretudo para quem não pôde estar presente na grande Vigília. Se não pôde, que não se sinta frustrado

por isso, nem dispensado de renovar em si a graça pascal. Ainda é Páscoa, (a Páscoa é aliás todos os dias!); renove hoje ainda, ou mesmo de novo, as «promessas» do Baptismo, invoque o Espírito de Deus que está em si como fonte que jorra para a vida eterna (cf. *Jo* 4, 14 e 7, 37-39), e venha à mesa do Senhor, porque para ela todos os dias todos somos convidados (cf. rito da Comunhão na Missa).

O dom do Espírito Santo

Uma das tónicas mais impressionantes da liturgia pascal é que ela nos incute a consciência profunda de que a salvação que a Páscoa nos traz é *dom* de Deus. Não é o homem que cria esse dom ou o arrebatava ou o conquista; ele é *dom*, que vem de Pai por Jesus Cristo no Espírito Santo.

Na liturgia pascal, a Igreja sente-se invadida pelo fogo do Espírito. A contemplação do Ressuscitado, cujas aparições, a princípio perturbaram, vão abrindo caminho à fé: Maria Madalena, as outras santas mulheres, o discípulo que Jesus amava, Pedro, os discípulos de Emaús, os Apóstolos reunidos no cenáculo, por fim até o meio-racionalista Tomé, depois a multidão nas ruas de Jerusalém no dia do Pentecostes, vinda do Ponto, da Galácia, da Panfília, e até dos confins do Oriente e do Ocidente, o oficial romano Cornélio, os antigos discípulos de João Baptista, e mais de que todos, Paulo de Tarso, que virá a ser o Apóstolo dos gentios, e, através de todos estes, os de perto e de longe vão sentindo a força avassaladora do Espírito. Não é conquista dos homens, nem fruto da eloquência ou da sabedoria humanas, mas da «loucura da Cruz», como S. Paulo se orgulhará de proclamar (cf. *I Cor* 1, 17 segs.), e que mais simplesmente se chama o Espírito de Deus. Ele é o novo sopro de vida, procedente da boca de Deus, pairando sobre o caos último do mundo, o sepulcro de Jesus crucificado, para d'Ele fazer o novo Adão, princípio de uma humanidade nova. O dom de Deus!

É este «crescendo» que a liturgia do «feliz Pentecostes», no sentido antigo, isto é, todo o Tempo pascal, vai desenvolvendo diante de nós (particularmente na leitura dos *Actos dos Apóstolos*, no *Apocalipse* e no *Evangelho de S. João*), até culminar, no quinquagésimo dia, na vinda carismática do Espírito, para manifestar que a Igreja de Deus, o povo da nova Aliança, está presente já no meio deste mundo.

Uma espiritualidade pascal será, por isso, uma espiritualidade que sabe reconhecer o dom de Deus e responder-lhe em *ação de graças*, que, por sua vez, se há-de traduzir na vida vivida segundo o Espírito de Deus.

A clausura da Páscoa

O Dia de Pentecostes não é *outra* festa diferente da da Páscoa; é o seu vértice e o seu termo. Os antigos chamaram-lhe a «Clausura da Páscoa».

A Páscoa não se reduz a nada deste mundo; ele é a revelação do «mundo que há-de vir» (*Hebr.* 6, 5), desse mundo novo que já se revelou em Jesus Cristo ressuscitado e se prolonga na Igreja dos baptizados, que é o seu Corpo, e em cada cristão, membro de Cristo, «outro Cristo», aviventado, como Cristo, pelo Espírito Santo. A Páscoa não acaba; inaugura um mundo novo. O Pentecostes é o seu lançamento através dos tempos e dos lugares. É a revelação última da Páscoa, do seu dinamismo, da sua força, do seu poder, de sua espiritualidade, da sua esperança e já da sua consumação.

O Pentecostes manifesta o próprio âmago do mistério pascal. Do primeiro ao quinquagésimo dia, a Páscoa vai-se revelando, até culminar na «embriaguês do Espírito», predita pelo profeta Joel e que algumas das primeiras testemunhas, em Jerusalém, tão rudemente interpretaram, mas que Pedro esclareceu sem rodeios: a «embriaguês» não era de «vinho doce», mas do Espírito de Deus (*Act* 2, 12 segs.). A celebração anual da Páscoa, ao longo de todo o tempo pascal, e, de modo particular, no seu último dia, no Dia de Pentecostes, é, para toda a Igreja e para cada cristão, novo insuflar de espiritualidade pascal, novo sopro de Espírito sobre a face do homem, morto e ressuscitado em Cristo.

A espiritualidade pascal há-de lançar o cristão no caminho que conduz ao Deus uno e trino, ao Princípio e Fim de todas as coisas; há-de fazer redescobrir o sentido da vida em Cristo na Igreja, vida que não é círculo fechado, mas caminho sempre para mais além, para o Pai.

A solenidade da SS. Trindade, no primeiro Domingo depois do Tempo pascal, significará, bem a propósito, esse termo de toda a vida pascal! E como é o fim que determina o comportamento da existência, o cristão, redescobrimo constantemente esse termo último da sua vida, poderá alimentá-la, ao longo de todo o tempo que anda neste mundo, de uma espiritualidade haurida na celebração e na meditação do mistério pascal.

J. Ferreira

A data da celebração da Páscoa

Neste ano de 1977, a festa da Páscoa foi celebrada no mesmo dia pelas Igrejas Orientais e pela Igreja Romana. O acontecimento que, inicialmente, releva da Liturgia, foi assinalado sobretudo nos ambientes mais sensíveis à causa do Ecumenismo.

Até ao ano 2 000 o facto repetir-se-á quatro vezes: em 1980, 1984, 1987, 1990. É que, nestes anos, o calendário juliano, seguido pelas comunidades do Oriente, coincide, na determinação da Páscoa, com o calendário gregoriano, seguido pela Igreja de Roma.

Esta coincidência leva-nos a evocar uma das divergências que, sem ser fundamental, acentua a falta de unidade entre os cristãos. Ao mesmo tempo, aludiremos ao problema da fixação da Páscoa e aos projectos com ela relacionados, entre os quais avulta o do calendário fixo e perpétuo.

Num assunto especialmente complexo pelos seus aspectos históricos e técnicos, limitamo-nos a apontar alguns dados que parecem mais esclarecedores, mas que são forçosamente fragmentários e limitados ⁽¹⁾

Mobilidade e fixação

Uma das características da data da Páscoa é a sua *grande mobilidade*: pode ocorrer entre 22 de Março e 25 de Abril. O facto deve-se à necessidade de conjugar dois cálculos: um, herdado da tradição judaica e dependente do ciclo lunar; outro, o do calendário oficial romano,

⁽¹⁾ Para uma visão de conjunto dos problemas relacionados com o Calendário, pode ler-se com proveito a excelente síntese de N. M. Denis-Boulet: *Le Calendrier chrétien*, col. «Je sais-Je crois», Paris 1959.

Depois da Declaração do Concílio referente à data da Páscoa e ao Calendário, as revistas da especialidade apresentaram estudos vários sobre o assunto.

adoptado pela Igreja desde as suas origens, baseado no ciclo solar. Além disso, é preciso ter em conta o ciclo semanal e as oscilações do domingo.

Uma tão grande mobilidade perturba o equilíbrio normal do calendário festivo, com vastas repercussões na vida civil: períodos escolares, dias de trabalho, férias. Para evitar tais perturbações, surge periodicamente o desejo de fixar mais a festa da Páscoa.

Atitude da Igreja Católica

A Igreja Católica, consciente destes problemas, deu oficialmente o seu parecer, por ocasião do Concílio Vaticano II. Num apêndice à Constituição litúrgica, o Concílio declara que não se opõe «à fixação da festa da Páscoa, num domingo certo do calendário gregoriano, se se obtiver o assentimento daqueles a quem o facto interesse, especialmente dos irmãos separados da comunhão com a Sé Apostólica».

Não era a primeira vez que a Igreja se manifestava acerca do assunto. Em 1897, o Cardeal Rampolla, em nome do Papa Leão XIII, declarava ao Director do Observatório de Berlim que a iniciativa duma reforma em ordem à fixação da Páscoa podia ser tida em consideração pela Santa Sé, sobretudo por meio dum Concílio universal, contudo que se evitasse o perigo de criar novas divisões na Cristandade. Mais tarde, em 1924, Pio XI respondendo à «Sociedade das Nações», usava da mesma discreção e apelava também para a competência de um Concílio⁽²⁾.

Com estes antecedentes era natural que o Concílio Vaticano II se manifestasse, tanto mais que vários Padres tinham pedido que se tratasse da reforma do Calendário e sobretudo da fixação da Páscoa.

A declaração conciliar mantém-se ainda numa atitude prudente: não se opõe à fixação da Páscoa. Tomará a iniciativa? Não está claro. Em qualquer hipótese, explicita já uma condição: o consentimento das outras entidades interessadas, concretamente a adesão dos «irmãos separados».

Posição das Igrejas Ortodoxas

Por seu lado, as Igrejas Ortodoxas tomaram também posição recentemente. A 1.^a conferência pan-ortodoxa pré-conciliar, reunida

(2) Estas duas respostas são citadas em CHAUVE-BERTRAND, *La question de Pâques et du Calendrier*, Paris 1936, pp. 213 e 214.

no passado mês de Novembro, como preparação para o Concílio da Igreja Ortodoxa, ocupou-se com especial interesse da questão relacionada com a «celebração comum da Páscoa por todos os cristãos». Tendo em conta o desejo existente no seio da Igreja Ortodoxa, a Conferência manifestou o seu acordo, de princípio. Mas, reconhecendo os problemas de carácter histórico e as dificuldades de ordem pastoral e psicológica, decidiu que o assunto fosse primeiro estudado pelos peritos e as conclusões desse estudo apresentadas à próxima Conferência⁽³⁾.

As lições da História

O apelo a um Concílio justifica-se. Apesar de se tratar duma questão disciplinar, a celebração da Páscoa toca em algo que é fundamental na fé cristã e na vida da Igreja. E a História mostra como o assunto é delicado e se presta a dissensões.

Já no séc. II tinham surgido dificuldades sérias a propósito da data da Páscoa. Certas Igrejas da Ásia celebravam-se no dia 14 do mês de Nisan⁽⁴⁾, dia da morte de Cristo (de 14 lhes veio o nome de *quarto-decimanos*). Outras Igrejas, entre elas, Roma, festejavam a Páscoa no domingo que seguia ao 14 de Nisan. Agiam assim, por fidelidade à tradição que celebrava o domingo — *dia do Senhor* — tradição baseada nas narrações evangélicas, segundo as quais Jesus ressuscitou no primeiro dia a seguir ao sábado, depois do 14 de Nisan. Depois de longas discussões, prevaleceu esta segunda posição. Contudo continuavam as divergências quanto ao modo de determinar este domingo.

Por ocasião do Concílio de Niceia, em 325, os bispos nele reunidos concordaram em adoptar a norma seguida pelas Igrejas de Roma e de Alexandria, que celebravam a Ressurreição do Senhor no *domingo seguinte à primeira lua cheia que ocorre depois do equinócio da Primavera*.

Esta aceitação de princípio não trouxe necessariamente uma unidade imediata prática, já que nalgumas regiões continuaram em vigor cálculos particulares. Contudo, no seu conjunto, as várias comunidades cristãs tinham consciência de que celebravam ao mesmo tempo a que, para todos, era a *Festa* por antonomásia.

(3) Cf. *Documentation Catholique* 1712, 16 de Janeiro de 1977, pp. 91-92.

(4) Nisan é o primeiro mês do calendário cultural judaico, a coincidir com o início da Primavera. No dia 14, lua-cheia, era a Páscoa judaica. O 14 de Nisan é comumente aceite como o dia da morte de Cristo, ainda que o consenso não seja universal.

A questão dos calendários

O diferendo entre a Igreja de Roma e as Igrejas Orientais, quanto à data da celebração da Páscoa, surgiu mais tarde, por causa do calendário. Como indicávamos ao princípio, os cristãos adoptaram o calendário oficial romano. Este, decretado no ano 45 a.C. por *Júlio César* (daí o ser conhecido por calendário *juliano*) significou, para a época, um progresso de real valor científico. Contudo não era perfeito. Para ser exacto e estar de acordo com o curso do Sol, precisava de correcções periódicas, que não foram feitas. Com o correr dos séculos, impunha-se uma revisão.

Quando no séc. xvi, Gregório XIII empreendeu a reforma, o calendário levava já um desvio de 10 dias, em relação ao Sol. Nesse ano de 1582, o equinócio da Primavera (21 de Março) coincidia realmente com o dia 11 de Março, segundo o curso solar. Para corrigir tal erro, ao entrar em vigor a reforma, foi decidido suprimir dez dias, o que se realizou nesse ano de 1582, passando do dia 4 de Outubro ao dia 15.

Com esta reforma audaciosa, absolutamente necessária sob o ponto de vista científico e social ⁽⁵⁾, levantava-se mais um problema de carácter religioso.

O Papa, antes de proceder à revisão, tinha consultado, em vão, as Igrejas Orientais. Estas não só não aceitaram o novo calendário, mas condenaram-no, e, em 1593, lançaram um anátema contra a Igreja Romana, por ela ter tomada uma decisão julgada contrária ao Concílio de Niceia.

A não-aceitação do calendário gregoriano, por parte das comunidades orientais ⁽⁶⁾, trouxe consigo mais uma divergência a separar os cristãos. As grandes celebrações do ano litúrgico, que devem ser a expressão externa da fé comum, tornam-se mais uma fonte de discórdia e um escândalo para os não-cristãos. Ora entre todas as festas, ocupa

⁽⁵⁾ As nações católicas aceitaram imediatamente o novo calendário. As protestantes, talvez por complexo anti-romano, foram menos prontas: a Inglaterra e os Países Escandinavos, por ex., só no séc. xviii. As exigências da convivência social e das relações internacionais acabaram por impô-lo, já no séc. xx, concretamente nos países onde predominam as Igrejas Ortodoxas. A Rússia, por ex., aceitou-o em 1918.

⁽⁶⁾ Convém observar que várias Igrejas Orientais acabaram por aceitar no séc. xx o calendário gregoriano, mas apenas para as festas fixas. O ciclo móvel (portanto, a Páscoa) ficou sempre dependente do calendário juliano. Nas comunidades orientais unidas a Roma, não existe uniformidade: umas continuam a seguir o juliano, outras adoptaram o gregoriano.

o primeiro lugar o dia de Páscoa, não só por causa do acontecimento fundamental nele comemorado, mas também porque dele dependem outras festas e tempos litúrgicos.

Celebrar a Páscoa em comum

Hoje, de um e de outro lado, existe um verdadeiro desejo de encontrar uma solução para este diferendo, e de celebrar a Páscoa em comum, como manifestação da mesma fé em Jesus Ressuscitado.

Para já, o que este ano se deu, por coincidência dos calendários, poderia tornar-se a prática habitual. Para tanto, bastava que o calendário gregoriano fosse aceite por todos, mesmo para o ciclo das festas móveis.

Entre os Orientais, não falta quem advogue essa aceitação, até por fidelidade à linguagem dos símbolos, tão estimada pela espiritualidade do Oriente. Convém lembrar que, na tradição oriental, o equinócio da Primavera é a *imagem do primeiro dia*, em que Deus separou as trevas da luz. Segundo essa perspectiva, convinha que Cristo ressuscitasse no primeiro dia da semana, e no momento do ano em que a luz do Sol ilumina toda a terra.

Ora, continuar a celebrar a Páscoa segundo o calendário juliano, que se vai separando cada vez mais do curso real do Sol (13 dias, actualmente!), leva a não respeitar este símbolo cósmico, querido por Deus (?).

A adopção do calendário gregoriano, por parte dos cristãos orientais, sem tocar no cômputo tradicional, seria já a maneira mais imediata de restabelecer a unidade na celebração da festa da Páscoa.

Fixar a data da Páscoa?

Subsiste porém o projecto da fixação da data, para remediar aos inconvenientes da sua grande mobilidade.

As propostas mais correntes fixam a celebração da Páscoa independentemente do ciclo lunar, utilizando os mesmos critérios com que se estabelecem quaisquer festas anuais, isto é, averiguando a sua data histórica. No que se refere à Morte e Ressurreição de Jesus, aceita-se hoje como data provável da sua morte o dia 7 de Abril do ano 30.

(?) Ver, neste sentido, o parecer do Prof. Ossorguine, do Instituto de S. Sérgio, de Paris, citado por P. CASTEL, em *Informations Catholiques Internationales* (15 de Abril, 1977), pp. 54-55.

A partir desta data, e para ser fiel ao «Dia do Senhor», segundo a tradição profundamente radicada na Igreja, a que já nos referimos, celebrar-se-ia a Páscoa no domingo mais próximo. Seria ainda uma festa móvel, mas com uma flutuação reduzida ao espaço de uma semana.

Relacionada com esta posição, está a proposta bastante generalizada de estabilizar a Páscoa no domingo a seguir ao 2.º sábado de Abril. Outros sugerem o 1.º ou o 2.º domingo, outros até o 3.º.

Será possível chegar a esta fixação relativa? As Igrejas Orientais têm dificuldade em abandonar o cômputo clássico, baseado no ciclo lunar. Compreendemos mais facilmente este apego à tradição, se lembrarmos que tal cômputo remonta aos tempos de Moisés, à primeira Páscoa, e que, neste esquema, celebrou Jesus a sua Páscoa, a definitiva. Acresce a prática constante da Igreja, sobretudo a partir do acordo comum, em Niceia.

Por outro lado, para muitas pessoas, hoje, a fixação da Páscoa pode significar mais uma sujeição aos sistemas rígidos que tendem a enquadrar todas as actividades do homem. A mobilidade desta celebração, em consonância com o duplo curso lunar e solar, além de quebrar a monotonia na organização do ano, parecia também inserir mais no movimento cósmico a Festa fulcral dos cristãos.

De qualquer modo, Roma não parece disposta a mudar, se não houver o assentimento dos «irmãos separados».

Uma possibilidade de fixação está ligada ao problema mais amplo do Calendário fixo e estável, ao qual nos referimos a seguir. Numa das hipóteses, a que é apresentada com mais insistência, a Páscoa ficaria para sempre estabilizada, provavelmente no dia 8 de Abril.

Fixar o calendário?

Relacionada com a fixação da Páscoa, está como dizíamos, a questão do calendário. Limitamo-nos a indicar a posição da Igreja.

Na já citada Constituição litúrgica, o Concílio declara «não se opor às iniciativas para introduzir um calendário perpétuo na sociedade civil». Mas acrescenta: «entre os vários sistemas em estudo para fixar um calendário perpétuo e introduzi-lo na sociedade civil, a Igreja só não se opõe àqueles que conservem a semana de sete dias e com o respectivo domingo». E conclui: «A Igreja deseja também manter intacta a sucessão hebdomadária, sem inserção de dias fora da semana, a não ser que surjam razões gravíssimas sobre as quais deverá pronunciar-se a Sé Apostólica».

Também a 1.^a Conferência pan-ortodoxa pré-conciliar, a que nos referimos, inclui na agenda do próximo Concílio a questão do novo Calendário.

Quanto à declaração do Vaticano II, convém observar a atenção dada à *semana*. Os projectos que a respeitem não encontrarão oposição por parte da Igreja Católica. Aos que rompem a sucessão das semanas, com a inserção de dias intercalares ou «brancos», a Santa Sé não se lhes mostra favorável. Só razões gravíssimas a levarão a aceitar tal calendário.

É que a semana está tão radicada na Bíblia e anda tão ligada à revelação e aos acontecimentos da História da Salvação, que tocar nela, ou interromper o seu curso, quase parece uma falta de respeito. Contudo o caminho não está fechado. «Razões gravíssimas» podem ditar outra atitude.

Mais rígida é a posição de outras comunidades cristãs e de outras confissões religiosas, por ex., dos Judeus.

Ora, um dos projectos que gozam de maior aceitação é o que supõe um dia «branco», (o 365.^o), para além das 52 semanas. Nos anos bissextos, dois destes dias. Dos vários projectos, é este o que parece mais viável. Haverá outras hipóteses⁽⁸⁾?

Com esta nota, que, apesar de longa, corre o risco de ser simplificada, queríamos sobretudo evocar a aspiração de muitos cristãos, acerca da festa da Páscoa: não tarde o tempo em que todos os que celebram Cristo Ressuscitado, o façam no mesmo dia, irmanados na mesma fé!

P. Romano

(⁸) Cf., de novo, a exposição clara da já citada obra de DENIS-BOULET: *Le Calendrier chrétien*, cap. x.

O acto penitencial

Entre as *situações pastorais* tidas em conta nos primeiros três números do BPL mereceu particular atenção o acto penitencial da missa, apresentando-se algumas sugestões para a sua valorização.

Nas notas introdutórias já se foram dando algumas indicações para a sua compreensão e celebração. Pensamos entretanto que ao terminar estas *sugestões* seria interessante apresentar algumas reflexões mais desenvolvidas sobre o acto penitencial, nomeadamente no que se refere aos seus aspectos histórico-liturgico-pastorais.

História do acto penitencial

A liturgia latina conheceu várias formas de penitência situadas em diversos momentos da celebração eucarística. Entretanto, pelo menos nos oito primeiros séculos, elas conservam um carácter privado e não dizem respeito senão ao celebrante e aos ministros. Foi sobretudo a partir do século IX que se introduziram na liturgia da missa as chamadas *apologias* ou orações penitenciais.

Estas orações de confissão encontram-se primeiramente no início da missa. Enquanto o *Ordo Romanus I* prevê somente um breve recolhimento do pontífice antes de avançar para a sua sede, o *Ordo VI* e o *Ordo X*, do século X, marcam já uma nítida evolução. Correspondem à época do aparecimento das *apologias*.

O *Ordo VI* dá uma indicação já bem precisa sem contudo propor qualquer formulário de oração: «...o pontífice deve vir ao tribunal da Igreja e inclinar a cabeça contra o altar...»⁽¹⁾.

(1) M. ANDRIEU, *Les Ordines romani du haut moyen âge*, vol 2, p. 244. Nesta resenha de carácter histórico seguimos de perto a A. NOCENT, o autor que pôs mais explicitamente a problemática teológica do acto penitencial: *L'atto penitenziale del nuovo «Ordo Missae»: sacramento o sacramentale?*, in: *Il nuovo Rito della Messa* (Quaderni di Rivista Liturgica 12), Torino 1970, pp. 185-204; ou: *L'acte pénitentiel du nouvel «Ordo Missae»: sacrement ou sacramental?*, in: *NRTh* 101-9 (1969) 956-976.

O *Ordo X* prevê uma oração penitencial sem indicar a fórmula: «... inclinando-se ore a Deus pelos seus pecados»⁽²⁾. Aqui já se fala de um pedido de perdão, de uma apologia, antes de começar a celebração.

O *Confiteor* entra na missa por meados do século XI. No início tratava-se de uma fórmula bastante breve, que pelo fim da Idade Média de desenvolverá muitíssimo introduzindo os nomes dos santos como intercessores.

O missal da Cúria Romana do século XIII escolheu uma destas formas de *Confiteor* com o *Misereatur* e o *Indulgentiam* que o Papa Pio V estendeu em 1570 à Igreja universal.

Mas há um outro lugar da missa em que se praticou um acto penitencial e desta vez comunitário. O uso não pertence à liturgia romana oficial, mas a adaptações que vieram a estar em uso mesmo em Roma. Esse acto penitencial comunitário tinha lugar antes do *ofertório*, depois da homilia e muitas vezes como conclusão da oração dos fiéis.

Na missa galicana do Pseudo-Germain lê-se uma indicação interessante sobre este pedido de perdão depois da homilia: «...Ouvida a pregação do apóstolo, os levitas façam preces pelo povo e os sacerdotes prostrados diante do Senhor intercedam pelos pecados do povo»⁽³⁾.

Sem dúvida, estes usos não representam a liturgia romana como tal. A liturgia latina raramente apresenta o acto penitencial ao ofertório. Introduzirá um mais tarde, respeitante a toda a assembleia, mas como preparação da comunhão dos fiéis. Depois da recitação do *Confiteor*, os fiéis são interrogados sobre a fé na Eucaristia⁽⁴⁾; mais tarde será o próprio celebrante a formular este acto de fé anunciando a todos: *Ecce Agnus Dei*⁽⁵⁾.

Forma e lugar do acto penitencial

Este pequeno inventário permite-nos fazer um juízo sobre as diferentes formas de acto penitencial e sobre a oportunidade do lugar que ele ocupa na celebração da missa.

Desde já podemos dizer que o acto penitencial, tal como no-lo apresenta o novo *Ordo*, comporta numerosas vantagens. Mas, se é

⁽²⁾ *Ibid.*, p. 353.

⁽³⁾ J. QUASTEN, *Opuscula et textus*, Series liturgica, 3, p. 16, cit. por A. NOCENT.

⁽⁴⁾ J. JUNGSMANN, *Missarum Sollemnia*, vol. 2, n.º 533, nota 32.

⁽⁵⁾ *Ibid.*, n.º 534.

de aprovar a decisão de constituir o pedido de perdão como acto de toda a assembleia e não mais como gesto privado do celebrante, permanecem todavia em aberto alguns problemas.

O primeiro diz respeito ao debate teológico que até agora se desenvolveu à volta de um único problema: se reconhecer ou não valor sacramental ao acto penitencial⁽⁶⁾.

O novo *Ritual da Penitência* reconhece de facto uma pluralidade de celebrações do perdão. A liturgia convida-nos a não restringir a nossa atenção ao sacramento da Reconciliação. Existe uma espécie de extensão do sacramento: se há um tempo forte constituído pela celebração sacramental, há várias etapas que para ela encaminham e que a prolongam.

Nesta perspectiva, o gesto celebrativo do *Ordo Missae* apresenta, sem dúvida, o acto penitencial como uma celebração do perdão. Mas bastará dizer «reconheçamos os nossos pecados», guardar um minuto de silêncio e dizer «Deus todo poderoso tenha compaixão de nós...» para significar a reconciliação em Jesus Cristo?

Em particular, o acolhimento mútuo e a escuta da Palavra são verdadeiramente realizados na preparação penitencial da missa? A prova de que o não são é que nalguns casos os animadores de celebração advertem que a preparação penitencial se colocou depois do Evangelho.

De facto a renovação litúrgica tende a situar a celebração dos sacramentos e sacramentais entre a liturgia da Palavra e a apresentação dos dons. O próprio *Ritual da Penitência* nos apresenta constantemente o princípio geral em que a celebração do perdão-conversão é colocada num contexto de escuta da palavra de Deus⁽⁷⁾. E não há dúvida que depois da liturgia da Palavra o exame de consciência ganharia em precisão e em sentido de resposta à Aliança.

Nesta perspectiva, a colocação do acto penitencial depois da homilia (e como vimos é já uma das soluções propostas pela história) não poderia revelar-se mais apropriada, com a característica especificamente cristã de um pedido explícito de perdão e como âmbito adequado para uma verdadeira celebração sacramental?

Neste caso poderá responder-se que não se trata já da preparação penitencial da missa, mas que se fez da primeira parte da missa uma celebração comunitária da penitência. O que aliás não nos parece

⁽⁶⁾ Cf. A. NOCENT, *art. cit.*.

⁽⁷⁾ Cf., por exemplo, os nn. 17, 24, 36 dos *Preliminares*.

ilegítimo, sobretudo em certas ocasiões do ano, de carácter mais marcadamente penitencial. A este propósito parece-nos mesmo necessário considerar não definitivo o que se diz no n.º 10 das «Normas pastorais sobre a absolvição geral» de 16 de Junho de 1972: «A celebração de tal rito (de absolvição geral) deve ser completamente distinta da celebração da Santa Missa».

Não devemos porém esquecer um outro elemento, também ele tradicional: aquele que configura a Eucaristia como realidade capaz de anunciar o perdão e a reconciliação. E não é proibido pensar que o carácter penitencial da celebração eucarística é já suficientemente marcado pelo conjunto das orações da missa. Isto nos levaria a julgar desnecessário que toda a celebração eucarística, para qualquer comunidade, tenha sempre um acto penitencial: um uso facultativo (pelo menos em determinadas circunstâncias) poderia ajudar-nos a recuperar a dimensão da reconciliação implícita na Eucaristia⁽⁸⁾.

Com as considerações feitas anteriormente não se quer contestar o lugar dado ao acto penitencial. A sua colocação no início da celebração tem as suas vantagens. Situado antes da apresentação dos dons, o acto penitencial teria criado um certo *hiatus* entre a liturgia da Palavra e a liturgia eucarística.

Felizmente não se pensou restaurar o acto penitencial comunitário que até há pouco precedia imediatamente a comunhão e consistia num *Confiteor*, o *Misereatur* e o *Indulgentiam*. Seria restringir o acto penitencial a uma preparação moral para a comunhão, o que denotaria uma mentalidade e contexto teológico demasiado estreitos.

Temos agora um acto comunitário de «reconciliação com Deus e com os irmãos»⁽⁹⁾ colocado no início da celebração. A introdução desta liturgia penitencial na celebração eucarística não era isenta de riscos e sabemos que levantou controvérsias no seio do *Consilium*⁽¹⁰⁾. Ela poderia constituir uma espécie de parêntesis perigoso para a unidade

⁽⁸⁾ Sobre a relação entre a Penitência e a Eucaristia ver principalmente J. M. R. TILLARD, *Pénitence et Eucharistie*, in: LMD 90 (1967) 103-131.

⁽⁹⁾ Constituição «*Missale Romanum*», n.º 11.

⁽¹⁰⁾ Cf. A. M. FRANQUESA, *Presentacion de la nueva ordenacion general del Misal romano*, in: Phase 9 (1969) 230-234. Ver ainda: R. CABIÉ, *Le nouvel «Ordo Missae»*, in: LMD 100 (1969) 21-35; C. ROZIER, *Les rites d'ouverture de la messe*, in: LMD 100 (1969) 36-43. Para uma apreciação crítica a todo o «Ordo Missae», ver: F. BROVELLI — F. DELL'ORO, *Rilettura critica dell'«Ordo Missae» attuale*, in: RivLit 4-5 (1975) 491-513.

da celebração. Apesar de uma certa solenidade, a discreção da fórmula e a sua brevidade evitaram este perigo.

É necessário entretanto sublinhar uma certa dificuldade. Depois de um canto de entrada cheio de alegria e de um acolhimento mútuo, o apelo ao exame de consciência e o pedido de perdão não irão provocar uma certa «quebra psicológica»? Não devemos entretanto esquecer a estreita ligação entre a penitência e a alegria da vida reencontrada.

É certo que o gesto já existia, mas era ordenado só à preparação do sacerdote. Agora assume valor eclesial, é de toda a assembleia, e integra-se na dinâmica da celebração. Uma vez constituído em assembleia, o povo de Deus — pastor e fiéis — volta-se para o seu Senhor, a fim de se reconhecer pecador e de se preparar para acolher o dom de Deus, celebrando os seus mistérios.

O sacerdote convida o povo à reconciliação-conversão, no espírito da fórmula proposta e eventualmente em ligação com a monição de abertura, de modo a alimentar o silêncio que vai seguir-se e que também «faz parte da celebração» (MR, 23). Depois exprime a sua *confissão geral*, seguindo uma das três formas. Finalmente o sacerdote conclui com a *oração pelo perdão*, empregando a fórmula tradicional.

Para exprimir a sua *confissão*, a assembleia pode escolher entre três fórmulas: recitar uma oração (o *Confiteor*); alternar com o sacerdote dois versículos sálmicos; ou ainda dizer a súplica a Cristo (*Kyrie* com as motivações). Esta possibilidade de escolha arrisca-se entretanto a ser bastante teórica pelo facto de, se se opta pela primeira ou segunda fórmulas, dever dizer-se também o *Kyrie* depois da conclusão (MR, 30), o que leva à preferência pela terceira solução para evitar uma anomalia.

A eficácia do gesto de reconciliação com Deus e com os irmãos depende da qualidade interior da caminhada. Mas, por isso mesmo, importa dar todo o valor penitencial ao acto pelo qual começa a celebração eucarística. É necessário concretamente estar atento: a introduzir bem a assembleia neste acto penitencial; a respeitar um silêncio suficiente; a variar as invocações da terceira fórmula em função dos acontecimentos, da vida da comunidade, do tempo litúrgico, dos textos da liturgia da Palavra.

L. RIBEIRO

O Salmo Responsorial

e a sequência do Pentecostes

TEMPO PASCAL

Terceiro Domingo

J. dos Santos

Lou-vai-Vos-ei, Se-nhor, porque me sal-vas-tes.

Quero exaltar-Vos, Senhor, porq̃ me libalastes, não deixastes q̃ os inimigos se rissem de mim

Arrelatasdes a minha alma ao abismo da morte; fizestes-me reviver, quando já des-cia'a covoa.

Quarto Domingo

M. Faria

Nós so-mos o po-vo do Se-nhor; e E-lô nos soã-li-men-to.

Nós so-mos o po-vo do Se-nhor; e E-lô nos soã-li-men-to.

Quinto Domingo

M. Faria



Bendi-to se-jão vos-so no-me, Se-nhor, nos-so Deus.

Solenidade de Ascensão

M. Faria



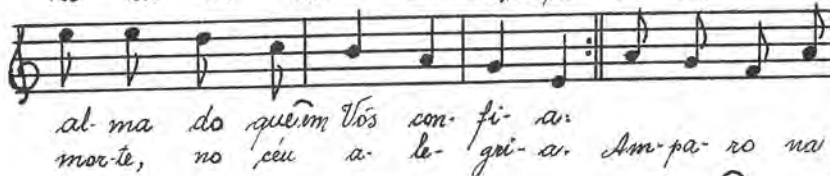
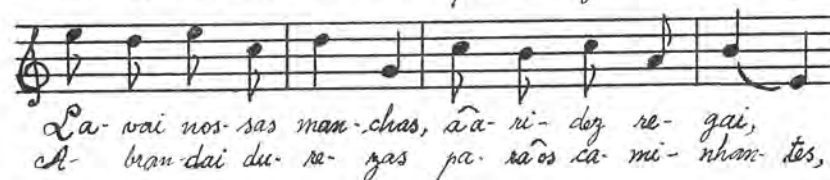
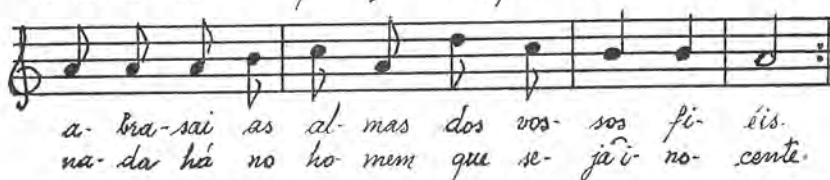
Er-gue-Se Deus, o Se-nhor em júb-i-lô a som-de tromba-tas.
 Povos, ba-tei palmas, aclamai a Deus com júb-i-lo;
 porque o Se-nhor é su-blime, impera so-bre o mundo.

Dia de Pentecostes — Sequências

M. Faria



Vin-de, ó san-to Es-pli-ri-to, vin-de, A-mor a-den-te,
 Vin-de, Pai dos po-bres: na dor e a-fli-sões,
 a-com-dei na te-ra vos-sa luz ful-gente
 vin-de em-cher de go-ço nos-sos co-ra-ções.
 Ben-fei-tor su-pre-mo em to-dô mo-men-to,
 Des-can-so na lu-ta e na paz em-can-to,



Noticiário

CONCÍLIO PASTORAL DA GALIZA

LITURGIA RENOVADA NA PASTORAL DA IGREJA

Iniciou-se em 1972 e há-de encerrar-se em 1978 o Concílio Pastoral da Galiza.

Pelo seu interesse objectivo e pelas suas incidências nos objectivos específicos deste Boletim, transcrevemos para os nossos leitores a segunda redacção provisória de «A Liturgia renovada na Pastoral da Igreja na Galiza» no que se refere aos Sacramentos. Este texto aguarda a aprovação dos Bispos e da Assembleia conciliar.

SACRAMENTOS

Fé e Sacramento

1. A Igreja na Galiza deve corresponder com renovada eficácia à sua missão evangelizadora, que é «a sua vocação própria» e «a sua identidade mais profunda», a qual «manifesta toda a sua riqueza quando realiza a união mais íntima... entre a Palavra e os Sacramentos» (Cf. *Evangelii nuntiandi*). Renovar, pois, a liturgia sacramental, situando-a no contexto da sua missão evangelizadora, para que os Sacramentos sejam celebrados por todos com maior autenticidade, como sinais de fé, é a finalidade da presente sessão do Concílio.

2. A consecução deste objectivo exige os seguintes compromissos concretos:

2.1 a celebração do Sacramento deverá responder a um crescimento na fé, através de uma catequese permanente na e pela comunidade, por meio da catequese de adultos, catecumenato, etc. (Cf. Concílio Pastoral da Galiza, 3.11 e ss.);

2.2 a livre decisão na fé dos que recebem os Sacramentos, não se deixando levar pelas pressões exteriores de tipo social a que se acham submetidos;

2.3 a purificação dos motivos pessoais, confrontando-os com a fé em que a Igreja situa os seus Sacramentos, para o que é necessário e urgente uma preparação imediata e personalizada dos que vão participar nalgum Sacramento (Cf. Concílio Pastoral da Galiza, 3.29 e ss.);

2.4 como não se conseguirá tudo isto sem uma renovação de mentalidade dos responsáveis pela acção litúrgica, é necessário que se promovam com urgência os meios de formação permanente: cursilhos, jornadas, etc..

Celebração do Sacramento

3. A dimensão comunitária dos Sacramentos, como acções de toda a Igreja, há-de manifestar-se na liturgia pela participação activa e interior. Para isso, é necessário:

3.1 preparar previamente a sua celebração para aproveitar toda a riqueza dos Rituais, de acordo com as necessidades de cada assembleia.

3.2 estimular por todos os meios a participação dos fiéis, sem que os sacerdotes absorvam as funções daqueles. Para isso proporcionar-lhes os meios convenientes.

3.3 dar à celebração um carácter festivo e familiar, respeitando ao mesmo tempo a sua característica de interioridade e de oração pessoal, para o que muito contribui o respeito pelos momentos de silêncio.

3.4 criar, em cada comunidade, uma equipa litúrgica, que, devidamente preparada, promova a melhor participação da assembleia, colabore na preparação da celebração e da homilia, e possa exercer os diversos ministérios de cantor, leitor, acólito...

4. Com o mesmo objectivo, é urgente suprimir os *contra-sinais* de índole social ou pecuniária que obscurecem o sentido evangelizador e comunitário dos Sacramentos. O Concílio Pastoral da Galiza urge a todos a necessidade de um «esforço de desvinculação entre as celebrações litúrgicas e as prestações económicas» (Ritual das Exéquias, Orientações).

5. A renovação litúrgica exige uma adaptação em profundidade dos ritos sacramentais às condições concretas do povo galego e, muito

especialmente, do mundo rural e marítimo. Entre o imobilismo, que acaba em esclerose, e o experimentalismo irresponsável, o Concílio propugna a flexibilidade no uso dos Rituais e a criatividade, partindo das necessidades do Povo de Deus, sob a responsabilidade do Bispo, único Moderador da liturgia na Igreja local.

6. Sabendo-se que cada Sacramento tem as suas características próprias e na impossibilidade de as abarcar a todas, o Concílio Pastoral da Galiza insiste no estudo e aplicação das normas pastorais de cada um dos Rituais. Destacaremos aqui algumas delas:

6.1 *Batismo*. Urge pôr em relevo o seu sentido de incorporação na comunidade daqueles que vivem a nova vida do Homem novo pela fé, a qual comporta o compromisso da comunidade, em particular dos pais, na transmissão da fé. A sua celebração deve fazer-se, como regra, na presença da comunidade, escolhendo-se oportunamente o lugar e o tempo.

6.2 *Confirmação*. Sacramento do Espírito, como dom, em ordem à actuação dos ministérios cristãos, está a precisar de uma revitalização no Povo de Deus. O Concílio já propôs que a festa do Pentecostes seja dedicada a este fim, celebrando o aniversário da Confirmação. No que se refere ao momento de a celebrar, remetemo-nos ao que estabelece o Concílio Pastoral da Galiza (1.25), pedindo aos nossos Bispos que unifiquem os seus critérios.

6.3 *Penitência*. Sacramento da reconciliação com Deus e a comunidade, correspondendo à dupla dimensão do pecado, é o cume do processo de conversão na vida cristã. A sua celebração deve ocupar um tempo próprio, distinto dos outros Sacramentos. A celebração comunitária com a confissão individual é aquela que dá mais relevo aos referidos aspectos: por isso, deve ser assinalada num calendário com o horário e o ritmo devido. Isto não impedirá a devida atenção à celebração individual, já que são complementares, entrevendo-se que, ao mesmo tempo que se recomenda a disponibilidade dos sacerdotes para ela, se insiste para que a celebrem segundo o novo rito. Pede-se aos Bispos autorização da celebração da Penitência com absolvição geral para o Tríduo Sacro, Dia de Finados, Exercícios de certos grupos numerosos, como nos Colégios, reuniões de movimentos apostólicos.

6.4 *Unção dos doentes*. Promova-se a celebração de uma jornada anual dedicada aos doentes, na qual possa realizar-se o rito comunitário da Unção na igreja. É necessário continuar a insistir no verdadeiro sentido da Unção para eliminar os preconceitos existentes e

responsabilizar a comunidade paroquial pelo cuidado dos doentes através da oração e das obras (Cf. Concílio Pastoral da Galiza, 3.37).

6.5 *Matrimónio*. Deve tratar-se de o situar no marco das celebrações comunitárias, superando o seu carácter meramente familiar. Para os outros abusos remetemo-nos ao Concílio Pastoral da Galiza (3.36 e 6.8).

Sacramentos e Comportamento

7. A fim de estimular a projecção que os Sacramentos devem ter na *vida cristã* individual e colectiva, o Concílio Pastoral da Galiza pede aos responsáveis que, na celebração litúrgica, utilizem os métodos da pedagogia activa, propondo aos fiéis compromissos concretos de actuação na vida quotidiana.

8. Mesmo que o *compromisso apostólico*, que brota dos Sacramentos, possa cumprir-se pelo apostolado individual, precisa, sem embargo, para seu normal desenvolvimento, de orientações e métodos comunitários. Por isso, o Concílio recorda que a renovação litúrgica não será completa onde não existam movimentos apostólicos, obras missionárias, comunidades de base (Concílio Pastoral da Galiza, 5.4) ou outros grupos militantes, em que possam integrar-se aqueles que desejam satisfazer os seus compromissos apostólicos sacramentais.

9. A celebração sacramental, vivida a partir das exigências da fé, leva ao *compromisso temporal* nas realidades do mundo e da própria comunidade. Sem esgotar as suas exigências nem procurar enumerá-las, cremos que um bom meio para educar as comunidades no referido compromisso podem ser as *jornadas* que se dedicam, em cada ano, aos grandes problemas do mundo: fome, paz, caridade, missões, etc..., desde que se preparem cuidadosamente e se assinale a sua incidência na nossa própria realidade e problemática. Não obstante, é necessário fazer uma revisão do número das mesmas, assim como da sua colocação apropriada no ritmo do Ano Litúrgico, a qual deverá ser estudada por uma comissão nomeada para o efeito, a fim de a comunicar aos competentes secretariados nacionais.

NOTA: — Esta tradução é feita a partir do texto de trabalho gentilmente cedido por D. Angel Suquia Goicoechea, Arcebispo de Santiago de Compostela.

SALMOS RESPONSORIAIS

O esforço que tem sido feito para valorizar o *Salmo Responsorial*, como elemento que é da estrutura da celebração da palavra, vai-se concretizando no aparecimento de melodias para o mesmo em diversos meios do nosso país.

Este mesmo *Boletim* vem publicando habitualmente numa das suas secções melodias para este cântico.

O P. Manuel Luís acaba igualmente de publicar *Salmos Responsoriais e Aclamações ao Evangelho* para todos os Domingos e Solenidades do Ano C, num volume de 144 págs., impresso, acompanhado de um bom prefácio com *Algumas notas pastorais* sobre o canto na liturgia seguido de vários índices muito oportunos.

Também o P. João Morais publicou uma colecção de *Salmos Responsoriais e Aclamações ao Evangelho* para a Quaresma, Semana Santa e Tempo Pascal para os três anos, A, B e C.